

CAPÍTULO VIII

Apropriação e Acumulação do Excedente

Na formação social capitalista tecnoburocrática em que se verifica o modelo de subdesenvolvimento industrializado o papel do Estado no sistema econômico é fundamental. No último capítulo ampliamos o âmbito de nossa análise para verificar que não apenas o subdesenvolvimento industrializado mas também a tecnoburocratização da sociedade e particularmente do Estado foi um fenômeno que se acelerou extraordinariamente a partir da Segunda Guerra Mundial, inclusive em países que mal haviam saído do tribalismo. Voltamos, a partir deste capítulo, a nos ocupar mais especificamente das sociedades subdesenvolvidas em que o capitalismo é o modo de produção dominante. É em geral o caso da América Latina, e em particular o caso do Brasil que, por conhecermos melhor, serve como protótipo para nossa análise.

O Estado Tecnoburocrático-capitalista tem um papel estratégico fundamental no sistema econômico. No modelo primário-exportador o Estado Oligárquico Mercantil tinha um papel muito semelhante ao do Estado Liberal. Além de garantir o sistema de dominação capitalista, tinha uma função adicional que era a de servir de cabide de empregos para uma classe média dependente da oligarquia dominante mas sem funções econômicas definidas. No modelo de substituição de importações o Estado vê suas funções econômicas aumentarem decisivamente. Não apenas passa a responsabilizar-se por uma série de funções no plano do bem-estar social, mas e principalmente torna-se o estimulador e o propiciador por excelência da acumulação capitalista, transferindo renda nessa direção. É o momento do Estado Populista.

É um período essencialmente de transição, em que o Estado já começa a assumir funções de planejamento e de interferência direta na produção. Mas é no modelo de subdesenvolvimento industrializado, quando se define o Estado Tecnoburocrático-capitalista Dependente, que essas funções se realizam plenamente. O Estado continua a ser o instrumento fundamental da acumulação capitalista privada, mas agora é também o Estado planejador e investidor. É o Estado que não se limita a estimular e orientar o aumento da produção mas se torna diretamente responsável por ela. O Estado é agora o principal responsável não só pela apropriação do excedente pelas classes dominantes e pelos aparelhos do próprio Estado, mas também pela acumulação de parte desse excedente.

O Estado Desenvolvimentista

O processo de aumento de participação do Estado na economia é um fenômeno universal. Ocorre tanto nos países periféricos quanto nos países capitalistas centrais. Entretanto, conforme pesquisa de Glaucio Ary Dillon Soares demonstrou de forma incisiva, os padrões de estatização foram muito diversos em um e outros países. Em meados do século passado os gastos públicos representavam 7 a 8% do PNB dos Estados Unidos, em 1962 essa porcentagem havia crescido para 33,2%. No Reino Unido o setor público participava em 1890 em 8,9% do PNB; em 1950 já havia alcançado 39%. Na Alemanha, onde os níveis de participação do Estado já começaram mais elevados, os postos públicos entre 1891 e 1913 representavam 13 a 15% do PNB; em 1958 essa porcentagem já subia para 44,1%. Nos países subdesenvolvidos o crescimento do Estado ocorreu mais tarde do que nos desenvolvidos. No Brasil, depois de uma rápida ascensão a partir de 1930, a participação da despesa pública no Produto Interno Bruto era ainda de 17,1% em 1947. Em 1969 já alcançava 29,8%. No México, os postos públicos representavam apenas 5% do PIB em 1900 e 6% em 1920. Em 1967-68 esta cifra havia-se elevado para 16,6%. Nessa mesma data a porcentagem respectiva para a Argentina era de 27%, para a Bolívia 22,5%, para o Chile 36,1%, para a Colômbia 14,7%, para o Uruguai 27,9%, para o Equador 22,9%, para a Venezuela 22,4%. Para os demais países latino-americanos estas porcentagens eram ligeiramente inferiores a 20%, mas revelavam todas um nítido crescimento em relação a 10 anos atrás.⁴⁸

⁴⁸ Todos estes dados encontram-se em Glaucio Ary Dillon Soares (1975). Para o Brasil usamos como fonte Fernando A. Rezende da Silva (1972).

Entretanto, Dillon Soares subdividiu os gastos entre gastos assistenciais e gastos desenvolvimentistas. Os primeiros são gastos do Governo em educação, saúde, previdência, enquanto que os últimos estão diretamente relacionados com a acumulação de capital e o crescimento da produção. A partir dessa classificação podemos verificar que enquanto os gastos governamentais nos países desenvolvidos cresceram principalmente devido ao aumento das despesas sociais ou assistenciais, nos países periféricos em crescimento deveram-se de forma dominante às despesas orientadas para a acumulação de capital. No Brasil, em 1969, o Estado, inclusive as empresas públicas, era responsável por 60,6% do investimento fixo no país.⁴⁹ No Chile, em 1967, 70,8% do investimento eram realizados pelo Estado.⁵⁰ E conclui Dillon Soares: “Na maioria dos países mais desenvolvidos, o Estado não passou por uma etapa desenvolvimentista tão intensa, pelo menos nos últimos cem anos... A evolução dos gastos públicos nos países desenvolvidos, particularmente Canadá, USA, Reino Unido e países escandinavos, durante os últimos cem anos revela crescente prioridade do desenvolvimento social em relação ao econômico... O projeto desenvolvimentista e a alta prioridade concedida à industrialização são historicamente recentes e caracterizam somente o Estado nos países subdesenvolvidos” (1975, pp. 66-68).

O Estado Tecnoburocrático-capitalista Dependente é assim, e antes de mais nada, um Estado desenvolvimentista. É o desenvolvimento que garante o aumento dos lucros dos capitalistas e os ordenados dos tecnoburocratas. Sem o rápido aumento do excedente não é possível reproduzir na periferia os padrões de consumo do centro.

A Acumulação Estatal

Nesta perspectiva desenvolvimentista, a primeira função do Estado é facilitar a acumulação capitalista através do aumento do excedente, ou mais-valia disponível para investimentos, eufemisticamente chamado de poupança na teoria econômica capitalista. A longo prazo, a acumulação de capital depende da capacidade de poupança da sociedade. Ora, as possibilidades de aumento da poupança privada são muito limitadas no modelo de subdesenvolvimento industrializado. Como esse modelo está todo voltado para a produção e o consumo de bens de luxo, a capacidade

⁴⁹ Ver Baer, Kertenetzky e Villela (1973).

⁵⁰ Ver Dillon Soares (1975).

de poupança da classe tecnoburocrática é muito reduzida. Os capitalistas têm, naturalmente, uma capacidade de poupança maior, mas não há razão para prever um aumento do percentual poupado em relação à renda. Também eles estão voltados para o consumo suntuário de forma muito definida. A responsabilidade pelo aumento da taxa de poupança e de acumulação cabe, assim, primordialmente, ao Estado. Em caráter subsidiário, essa responsabilidade cabe também às empresas multinacionais. A capacidade de endividamento externo do país é uma outra fonte de acumulação, a qual, aliás, é em geral dominada pelas próprias empresas multinacionais e pelo Estado. Também aqui a participação do setor privado local é pequena.

A poupança estatal realiza-se sob três formas principais. Em primeiro lugar temos os recursos tributários do Estado, que podem aparecer sob a forma de diferença entre os recursos orçamentários normais e as despesas de custeio do Estado. Os investimentos especificamente públicos, em estradas de rodagem, vias públicas e saneamento básico, são financiados dessa maneira. Este apoio orçamentário ao processo de acumulação é complementado por taxas específicas para financiar investimentos em energia, transportes, comunicações etc. E há sempre o recurso às emissões inflacionárias, de caráter tipicamente tributário, quando os recursos orçamentários e extra-orçamentários não são suficientes.

Uma segunda forma de aumentar a taxa de poupança reside no reinvestimento dos lucros das empresas estatais. Estas empresas, que gozam geralmente de posição monopolista, podem alcançar elevados lucros, desde que haja interesse do Estado nesse sentido. Esses lucros são reinvestidos, contribuindo para o aumento da taxa de poupança.

A terceira forma de aumento da poupança através do Estado está no estabelecimento de diversos mecanismos de poupança forçada. A emissão inflacionária de moeda seria também um mecanismo de poupança forçada, mas preferimos considerá-la como uma forma indireta de tributação, na medida em que através do aumento da quantidade de moeda e da sua desvalorização o Estado se apropria de uma parte adicional da renda. Por poupança forçada entendemos os diversos mecanismos através dos quais o Governo onera os salários dos trabalhadores e, geralmente em menor grau, os ordenados, para constituir fundos de investimentos por ele administrados em nome dos trabalhadores.⁵¹

⁵¹ No Brasil são exemplos desses mecanismos o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e o Programa de Integração Social (PIS).

A constituição de fundos dessa natureza deriva do fracasso de que se revestem normalmente as tentativas de criar mecanismos de captação de poupanças voluntárias para financiar investimentos a longo prazo. Entre esses mecanismos, o principal é sempre o desenvolvimento de um mercado de ações, através de uma série de estímulos às bolsas de valores. Imagina-se que esta seja a forma por excelência de captação de poupança nos sistemas capitalistas maduros e procura-se alcançar os mesmos resultados nos países subdesenvolvidos. Por outro lado, a ideologia capitalista de "democratização" do capital das empresas através das bolsas de valores torna ainda mais prioritário o estímulo ao seu desenvolvimento.

Na verdade, especialmente nos países capitalistas centrais de industrialização tardia, as bolsas não foram nem são mecanismos muito significativos de captação de poupanças. E seu papel para a democratização do capital é estritamente irrelevante, mesmo nos Estados Unidos, onde é maior a dispersão de ações. Na verdade, elas constituem muito mais mecanismo para aumentar a liquidez dos haveres dos capitalistas do que reais mecanismos de captação de poupança. Os capitalistas ativos, que dirigem suas próprias empresas, preferem reaplicar eles próprios seus lucros. Acumulam capital através do autofinanciamento e de financiamentos a longo prazo concedidos pelo setor público. Caberia aos capitalistas inativos (rentistas e especuladores) aplicar na bolsa. Entretanto, as poupanças privadas de capitalistas inativos, disponíveis para serem aplicadas nas bolsas, são bastante reduzidas. Por outro lado, estes capitalistas hesitam muito em colocar seus recursos em ações, seja porque as empresas distribuem poucos dividendos, preferindo reinvestir seus lucros, seja porque o mercado de ações é sujeito a manipulações especulativas frequentes. Tornam-se assim claras as razões do caráter pouco significativo das bolsas nos países subdesenvolvidos, não restando ao Governo outra alternativa senão organizar ele próprio mecanismos de captação e distribuição de poupança, através de bancos governamentais de investimento.

A participação crescente do Estado no setor financeiro, administrando mecanismos de poupança forçada através dos bancos oficiais, encontra efetivamente poucas resistências por parte do setor capitalista por uma razão muito simples: os recursos captados são utilizados em boa parte para financiar a longo prazo o próprio setor privado. E esses financiamentos são muitas vezes realizados a taxas negativas de juros, dado o caráter inflacionário das economias subdesenvolvidas.⁵²

⁵² Quando o Estado passa a cobrar taxas positivas de juros, como aconteceu no Brasil através da introdução do sistema de correção monetária, surgem logo os pro-

Política de Rendas e os Sindicatos

Uma segunda função econômica do Estado Tecnoburocrático-capitalista é a de formular uma política de rendas que garanta a apropriação do excedente pela classe capitalista e pela classe tecnoburocrática. Esta política de rendas tem como instrumentos fundamentais a política salarial, a política tributária e a política de gastos em consumo social.

A política salarial é um instrumento ao processo de concentração de renda inerente ao modelo de subdesenvolvimento industrializado. É certo que os simples mecanismos de mercado, apoiados em uma oferta ilimitada de mão-de-obra, e a falta de organização sindical dos trabalhadores já tendem a manter os salários ao nível de subsistência. Mas esses mecanismos não são suficientes.

A própria falta de organização sindical dos trabalhadores já é um produto da ação do Estado. O sindicato, na economia do subdesenvolvimento industrializado, é manipulado pelo Estado. Este fenômeno já ocorria nos sistemas populistas, mas é muito mais acentuado no Estado Tecnoburocrático-capitalista. O sistema sindical é fortemente regulamentado e controlado. Os líderes sindicais são reduzidos à condição de agentes do Estado. No caso brasileiro, conforme observa Leôncio Martins Rodrigues, o Estado “chamou a si a própria organização dos sindicatos; ditou os critérios associativos segundo os quais deveriam ser formados, estabeleceu suas estruturas, garantiu sua subsistência através do imposto sindical” (1966, pp. 114-115). Com isso, nas palavras de Aziz Simão, “a intervenção do Governo... promoveu ela mesma uma transformação da mais relevante consequência: a passagem do sindicato marginal ao Estado para o sindicato integrado na própria instituição do Estado” (1966, p. 198).

No México a subordinação do sindicato ao Estado é também marcante. A burocracia estatal controla os sindicatos, cuja ação política muitas vezes se confunde com a do partido oficial, o Partido Revolucionário Institucional. Este mantém o controle dos operários e camponeses através de uma enorme série de pequenos caudilhos locais, que recebem em troca favores do Estado, ou seja, participam sob várias formas do excedente econômico. Observa Arnaldo Pedroso D’Horta em seu estudo

testos do setor privado, que acabam levando o Estado a ceder, como também ocorreu nesse país a partir de 1975, com o estabelecimento de uma série de setores industriais prioritários para os quais a “correção monetária” passou a ser limitada a 20%.

sobre o México: “A burocracia oficial divide-se em duas camadas sociais bastante diferenciadas: uma que ocupa os altos cargos do Estado e do partido, e que se apóia sobre outra entregue ao controle da massa de operários e camponeses... Há assim, entre a cúpula da organização social mista e a sua base, uma almofada amortecedora de choque, uma brigada de capatazes sindicais que, em troca do direito que lhes é reconhecido pela híbrida elite dirigente de explorar a massa de trabalhadores sob o pretexto de representá-la, incumbe-se de manter a ordem social...” (1965, p. 261).

Na Argentina, dada a oferta limitada de mão-de-obra, foi possível que os sindicatos alcançassem maior representatividade e maior autonomia em relação ao Estado. Por isso o modelo de subdesenvolvimento industrializado aplica-se mal a este país. Isto não significa, porém, que o sistema sindical argentino tenha escapado ao controle do Estado. O populismo peronista foi a forma através da qual Estado e sindicato se associaram. Nesse processo os sindicatos desenvolveram uma estrutura burocrática poderosa que, apoiada no carisma populista de Peron, foi capaz de retomar o poder aos militares em 1973. A burocracia sindical, naquele momento, sobrepôs-se à militar. Sua dependência do Estado peronista, que reassumira o poder quando não havia mais condições mínimas para a vigência de um pacto populista, levou o sistema sindical argentino à crise e à perda do poder para a tecnoburocracia militar apoiada na burguesia local e no imperialismo multinacional menos de três anos depois. Em qualquer hipótese, este sistema sindical continua a ser uma exceção, na medida em que tem sido bem sucedido em impedir ou obstaculizar a política do Estado Tecnoburocrático-capitalista de rebaixar os salários dos trabalhadores ao nível de subsistência.

Política Salarial e Inflação

Para manter os trabalhadores com seus salários ao nível de subsistência, permitindo apenas a reprodução da força de trabalho aos diversos níveis educacionais exigidos pelo sistema econômico, o Estado Tecnoburocrático-capitalista dispõe de vários instrumentos. O principal deles é a intervenção direta nos contratos coletivos de trabalho. Os economistas oficiais latino-americanos formam-se geralmente em cursos de mestrado ou doutoramento nos Estados Unidos. Transplamam, assim, a teoria econômica neoclássica e afirmam que os salários são determinados pela sua produtividade marginal e por seu nível de escassez relativa. Isto, entretanto, não os impede de interferir nas negociações coletivas de trabalho

em nome do Estado e estabelecer porcentagens máximas de reajustamento salarial, baseadas na taxa de inflação.

No Brasil foi inclusive desenvolvida uma engenhosa fórmula através da qual a tecnoburocracia estatal pretende estabelecer a taxa de reajustamento salarial de uma forma duplamente "neutra": neutra em relação à divisão de renda entre capitalistas e trabalhadores e neutra em relação à inflação. O primeiro pressuposto do qual parte a fórmula, entretanto, está longe de ser dotado da pretendida neutralidade tecnocrática. Afirmava-se que o salário real a ser restabelecido pelo reajustamento não era o salário do último reajustamento mas o salário médio dos últimos dois anos, considerada a desvalorização havida devido à inflação. Os trabalhadores poderiam, naturalmente, argumentar que o salário a ser restabelecido era o inicial e não esse salário médio já deteriorado pela inflação.

A partir desse pressuposto a fórmula propunha que se concedesse um reajustamento igual a 50% da inflação do ano anterior, mais 50% da inflação prevista para o ano seguinte, mais o aumento da produtividade. A inflação prevista foi chamada de "resíduo" e era considerada sempre declinante. Como se tratava de uma estimativa, era sempre subestimada, resultando daí reajustamentos salariais que durante vários anos reduziram sistematicamente os salários reais dos trabalhadores.

No processo de "tabelamento" ou fixação administrativa dos salários praticado pelo Estado Tecnoburocrático-capitalista a justificativa sempre invocada é a de evitar que reajustamentos excessivos conseguidos livremente pelos trabalhadores provoquem inflação. Jamais se afirma que os objetivos reais são garantir uma taxa elevada de lucros para os capitalistas e ordenados crescentes para os tecnoburocratas, impedindo que os trabalhadores participem dos ganhos de produtividade. Qualquer aumento de preços, inclusive o aumento do preço do trabalho, tem, naturalmente, caráter inflacionário. O aumento dos preços das mercadorias é a própria inflação, o aumento dos salários leva os capitalistas a aumentar os preços dos bens, para evitar a redução de sua taxa de lucros. É óbvio, entretanto, que neste modelo em que o papel do Estado é fundamental, o componente de poder é essencial ao problema. Se os lucros dos capitalistas estão muito elevados e se seu poder político se reduzisse por algum motivo seria possível imaginar um aumento salarial superior às taxas de inflação e de produtividade somadas que não seria inflacionário.

Na verdade, a inflação dificilmente é causada por aumentos salariais reais nesse tipo de modelo, já que os mesmos não são concedidos. Muito pelo contrário, a inflação é um outro instrumento para rebaixar os salários reais quando estes, por um fator conjuntural qualquer relacionado

com o aumento da taxa de acumulação na fase ascensional do ciclo capitalista, tenham subido acima do custo de reprodução de mão-de-obra. Por outro lado, a inflação é uma excelente justificativa para os tecnoburocratas estatais controlarem rigidamente os salários.

Política Tributária

A política tributária é uma outra forma através da qual o Estado Tecnoburocrático-capitalista realiza uma política de rendas que garanta a apropriação do excedente pelas classes dominantes. Três são as estratégias adotadas nesse sentido.

Em primeiro lugar, a divisão da receita tributária entre os impostos diretos, de caráter mais progressivo, e os indiretos, que tendem a taxar indiscriminadamente a população, é feita com clara ênfase para os últimos. Existe, inclusive, a justificativa de que os impostos indiretos são mais fáceis e seguros de se administrar. E que é possível torná-los progressivos, taxando mais pesadamente os bens de luxo. Na verdade, porém, esta progressividade dos impostos indiretos é muito reduzida.

Em segundo lugar, os próprios impostos diretos, e especificamente o imposto de renda são muito pouco progressivos, quando comparados com os dos países centrais. Esta baixa progressividade é justificada em termos de necessidade de se estimular a poupança privada.

Finalmente, o sistema tributário assume um caráter não apenas pouco progressivo, mas claramente regressivo, quando são instituídos uma série de estímulos fiscais. Estes estímulos pretendem ser um instrumento de planejamento em uma economia de mercado. Estabelecem isenções as mais variadas para quem investe em determinadas regiões ou setores considerados prioritários pelo Estado. Estes estímulos só podem ser aproveitados pelos receptores de rendas elevadas, que passam assim a pagar imposto de renda relativamente reduzido graças a esses benefícios. Temos assim que o planejamento econômico, que durante tantos anos amedrontou os capitalistas pela ameaça socializante nele contida, transforma-se também em um instrumento de apropriação do excedente por essa própria classe capitalista e por seus associados tecnoburocratas.

A lógica do modelo de subdesenvolvimento industrializado é naturalmente contrária a qualquer política tributária que desconcentre a renda ou que generalize o consumo de bens. Pelo contrário, a política tributária, além de garantir as receitas de que o Estado necessita, objetiva assegurar a concentração da renda e garantir o consumo de bens de luxo. A receita tributária do Estado Tecnoburocrático-capitalista aumenta con-

sideravelmente quando comparada com a do Estado Populista. Este realizava os gastos, mas não dispunha de poder político suficiente para aumentar a receita tributária. Daí ser levado freqüentemente à emissão de moeda para financiar o déficit orçamentário. Já o Estado Tecnoburocrático-capitalista tem poder suficiente para taxar de forma a equilibrar seu orçamento. Realiza, entretanto, esta taxaço de forma a garantir o padrão de desenvolvimento modernizante em curso.

Obviamente, nos termos desta sistemática, não se fala em impostos sobre a riqueza ou sobre a riqueza aparente, nem em impostos sobre ganhos de capital. E os impostos sobre a herança são naturalmente os mais baixos possível, na medida em que cabe principalmente a esta e ao sistema escolar o papel de reproduzir as relações de produção vigentes.

O Consumo Social Elitista

Temos como terceira forma de apropriação do excedente pelas classes dominantes através do Estado a política de gastos públicos. Estes gastos representam um consumo social. Quando o Estado constrói estradas, asfalta e ilumina vias públicas, constrói redes de água e esgotos, constrói escolas e hospitais, ele está realizando um consumo em nome da população. Aqueles que se utilizam desses serviços estarão tendo sua renda real aumentada.

Ora, embora o Estado Tecnoburocrático-capitalista procure fazer grande publicidade dos gastos destinados às populações mais pobres, na verdade uma grande porcentagem dos mesmos acaba por beneficiar a minoria dos ricos ou remediados. Já vimos que os Estados periféricos destinam grande parte de sua receita orçamentária e extra-orçamentária ao projeto desenvolvimentista de acumulação de capital, financiando a longo prazo as empresas públicas e o setor privado. Além destes gastos, que tendem a favorecer principalmente o setor modernizante da economia, o Estado realiza pesados gastos de consumo, que tendem a beneficiar principalmente as classes tecnoburocrática e capitalista.

As estradas de rodagem asfaltadas são um primeiro exemplo disto. Embora tenham como justificativa a necessidade econômica de escoamento da produção, na verdade visam a facilitar a circulação de automóveis de propriedade de tecnoburocratas e capitalistas. Os caminhões que são o principal meio de transporte de carga também circulam por essas estradas, embora muitas vezes tenham sua circulação restringida nos fins de semana em benefício dos automóveis. Aliás, não é por acaso que o transporte de mercadorias nos países do subdesenvolvimento industrializado

tende a ser realizado principalmente por caminhões, enquanto que nos países centrais e principalmente nos países de economia planejada o transporte ferroviário é dominante. As auto-estradas são construídas pelo Estado para atender as necessidades de transporte individual dos proprietários de automóveis. Em consequência o transporte por elas é fortemente subsidiado. É certo que os baixos preços do petróleo, que vigoraram até 1973, facilitaram esta opção pelas rodovias. Mas seria ingenuidade imaginar que o motivo era apenas econômico. A construção de auto-estradas assim como as vias expressas nos centros urbanos são antes de mais nada uma forma de apropriação do consumo social pelas classes dominantes.

Nos grandes centros urbanos, onde os investimentos públicos em infra-estrutura são maciços, encontramos outro exemplo do fenômeno que estamos examinando. São sempre os bairros mais abastados que dispõem em primeiro lugar de luz, água encanada, esgotos, telefones, correio e ruas asfaltadas. Em certos momentos ascendem ao governo líderes ou grupos tecnoburocráticos que, por motivos eleitorais ou por efetiva preocupação social, decidem desviar os gastos públicos para os bairros pobres. Mas a pressão política dos grupos dominantes é tão forte que em breve o projeto, se não é abandonado, perde prioridade.

Nesta mesma linha, temos toda uma série de gastos em educação, cultura e lazer que tendem principalmente a atender as classes mais abastadas. A educação e a cultura mereceriam um amplo capítulo. Cabe à escola nos Estados modernos o papel que cabia à Igreja nas sociedades pré-capitalistas: reproduzir as relações de produção vigentes através não só do ensino técnico, necessário à reprodução das forças produtivas, mas principalmente através da transmissão da ideologia tecnoburocrático-capitalista vigente.⁵³ Para a realização dessa tarefa o Estado deve destinar amplas verbas à Universidade e às demais instituições culturais que orientam sua mensagem principalmente para a juventude da classe dominante.

Em relação às despesas estatais destinadas ao lazer a preocupação elitista, privilegiando os representantes da classe tecnoburocrática e da burguesia, também se faz sentir. Num plano quase anedótico merece ser citado como exemplo o caso de um grande parque público situado junto a uma das cidades predominantemente operárias do Grande São Paulo.

⁵³ Bourdieu e Passeron desenvolveram uma análise penetrante e rigorosa do papel da educação ou da "ação pedagógica" e da "autoridade pedagógica", de acordo com sua terminologia, como instrumento das classes dominantes para impor sua ideologia ou seu "arbitrário cultural" às demais classes e assim garantir a reprodução das relações de produção vigentes (1975).

Este parque passou para a jurisdição de uma empresa pública criada pela prefeitura local. Esta empresa introduziu uma série de melhoramentos no parque e em seguida passou a cobrar uma taxa de ingresso, quando antes a entrada no parque era gratuita. Ao surgirem os primeiros protestos o tecnoburocrata responsável pela empresa pública concedeu uma entrevista à imprensa na qual justificou a necessidade da cobrança do ingresso em função das melhorias realizadas, e em seguida observou que havia outros parques e áreas públicas menos equipados que poderiam ser usados pelos que não tinham possibilidade de pagar o ingresso. É claro que este é um caso-limite, mas ilustra bem a orientação geral dos gastos públicos destinados ao consumo social.

Outra área para a qual o Estado Tecnoburocrático-capitalista depende dirige seus gastos de consumo social de maneira discriminatória é a da habitação popular. Existe nos países periféricos um deficit habitacional imenso, ilustrado pelas favelas, barreadas, pelas casas de pau-a-pique do interior e mesmo por construções de alvenaria extremamente precárias, geralmente construídas em sistema de mutirão pelos próprios trabalhadores. O Estado, então, pretende assumir a responsabilidade de resolver o problema e cria para isto instituições financeiras e imobiliárias especiais. Em pouco tempo, entretanto, estas instituições ou limitam fortemente o alcance de sua atividade e acabam construindo casas populares de amostra, ou simplesmente desvirtuam seus objetivos e passam a financiar a construção de prédios de apartamentos e residências para os estratos médios.

Este desvirtuamento ocorre não apenas devido às pressões da tecnoburocracia e da pequena e média burguesias (estratos médios) que também necessitam de casas financiadas, mas também devido à pura e simples incapacidade dos trabalhadores de pagar as prestações necessárias à aquisição da casa. Esta incapacidade decorre não apenas do baixo nível dos salários dos trabalhadores, mas também do princípio tecnoburocrático-capitalista que orienta a administração das instituições financeiras habitacionais. Parte-se do princípio de que as casas devem ser vendidas a longo prazo ao invés de alugadas. Desta forma, ainda que os juros reais sejam baixos e que o prazo seja longo, as prestações são suficientemente altas para impedir que a grande maioria da população seja beneficiada. A alternativa de aluguel é desprezada, embora pudesse ser a solução adequada, desde que os aluguéis fossem realmente baixos, por diversas razões: devido ao preconceito pequeno-burguês de que todos devem ter sua casa própria, devido ao pressuposto de que partem os administradores das instituições de que o retorno sobre o investimento deve ser pelo

menos satisfatório, obrigando os aluguéis a ser pouco menores que as prestações, e finalmente devido aos interesses dos rentistas que alugam imóveis residenciais, os quais se sentiriam prejudicados caso fossem estipulados para as habitações populares aluguéis realmente baixos.

Neste campo, como também no dos transportes urbanos e no dos demais serviços públicos a ideologia tecnoburocrático-capitalista dominante afirma que os mesmos devem ser auto-suficientes. Os próprios usuários, independentemente de seu poder aquisitivo, devem ser capazes de pagar os serviços que lhes são prestados. A eficiência do serviço público mede-se economicamente em termos de sua capacidade de auto-sustentação. Subsidiar serviços públicos seria voltar às práticas populistas incompatíveis com os requisitos de uma administração eficiente. Não importa a essencialidade dos serviços nem o fato de que os usuários muitas vezes não tenham condições mínimas de pagar por eles. Como consequência temos que o Estado realiza grandes investimentos para implantar uma rede de águas ou um sistema de iluminação em determinado bairro pobre. Algum tempo depois da grande alegria causada pela introdução do melhoramento temos o fenômeno da interrupção do fornecimento de água ou de luz em um grande número de residências porque seus proprietários ou inquilinos deixaram de pagar suas contas em dia. Em certos casos as condições econômicas dos moradores são tão precárias que sequer chegam a ligar o serviço em suas casas.

Em apenas um setor parece não haver discriminação evidente nos gastos públicos para consumo social — o da saúde. As despesas com a saúde são realizadas pelo Estado principalmente em benefício das camadas mais pobres, não apenas devido à sua absoluta essencialidade, mas também porque, já que são altamente deficientes, não atendem aos estratos médios, que preferem a medicina particular ou certos esquemas intermediários de seguro-saúde em que os usuários ou as empresas empregadoras pagam determinada quantia adicional. A discriminação, em termos de saúde, ocorre portanto principalmente em função da deficiência de serviços, dada a parcimônia com que as verbas são alocadas para esta área.

Finalmente, temos os enormes gastos com o sistema de segurança. Seu caráter discriminatório é óbvio. O Estado Tecnoburocrático-capitalista Dependente necessita de um aparelho repressivo poderoso para assegurar a continuidade de um sistema que marginaliza a grande maioria dos trabalhadores dos benefícios do desenvolvimento. Necessita de forças armadas e de um sistema policial capazes de manter a ordem interna. O sistema repressivo tem caráter burocrático e é uma das bases do poder tecnoburocrático-capitalista. A burguesia local necessita para sua segu-

rança de um sistema policial forte e o apóia politicamente, acreditando que o risco de os militares ganharem efetiva autonomia em relação a ela é pequeno ou longínquo. Esta crença tem base na realidade histórica, embora suas bases venham enfraquecendo à medida que a tecnoburocracia se transforma em uma classe social autônoma, com interesses específicos. Em qualquer hipótese, na aliança de classes — capitalista e tecnoburocrática — que caracteriza a formação social que estamos examinando, os gastos com segurança têm um papel fundamental. São uma das bases dessa aliança e uma condição da estabilidade política do sistema.